

Relatório Anual 2019

Cooperativa de Crédito, Poupança e Investimento União Paraná/São Paulo - Sicredi União PR/SP

Diretoria Executiva de Administração
Superintendência Contábil e Fiscal



RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos
Administradores e Associados da
Cooperativa de Crédito, Poupança e Investimento União Paraná/São Paulo - Sicredi União PR/SP
Maringá/PR

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Cooperativa de Crédito, Poupança e Investimento União Paraná/São Paulo - Sicredi União PR/SP (“Cooperativa”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2019, e as respectivas demonstrações de sobras, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Cooperativa de Crédito, Poupança e Investimento União Paraná/São Paulo - Sicredi União PR/SP em 31 de dezembro de 2019, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil - BACEN.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação a Cooperativa, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A administração da Cooperativa é responsável por essas outras informações que compreendem o relatório da administração. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o relatório da administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o relatório da administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no relatório da administração somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil - Bacen e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Cooperativa continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras a não ser que a administração pretenda liquidar a Cooperativa ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Cooperativa são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estejam livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada, de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada, de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Cooperativa.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.

- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe uma incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Cooperativa. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Cooperativa a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Porto Alegre, 31 de janeiro de 2020

ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S.S.
CRC – 2SP015199/O-6



Américo F. Ferreira Neto
Contador CRC-1SP192685/O-9

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Ao findarmos mais um exercício prestamos contas aos senhores associados dos resultados obtidos. Em cumprimento aos dispositivos legais e ao estatuto social, divulgamos as Demonstrações Financeiras da Cooperativa de Crédito, Poupança e Investimento União Paraná/São Paulo - Sicredi União PR/SP, relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2019.

Seguindo os principais balizadores do cooperativismo, em especial a “transparência na gestão”, esclarecemos aos nossos associados a situação econômico-financeira e patrimonial da Cooperativa, onde buscamos voltar o nosso trabalho para o crescimento e expansão.

Conselho de Administração e Diretoria

BALANÇOS PATRIMONIAIS
(Em milhares de Reais)

Cooperativa de Crédito, Poupança e Investimento União Paraná/São Paulo - Sicredi União PR/SP
CNPJ/MF nº 79.342.069/0001-53

ATIVO	31/12/2019	31/12/2018	PASSIVO	31/12/2019	31/12/2018
CIRCULANTE	2.391.520	2.056.388	CIRCULANTE	1.300.549	1.218.067
DISPONIBILIDADES (NOTA 04)	62.034	47.264	DEPÓSITOS (NOTA 11)	575.937	485.988
RELAÇÕES INTERFINANCEIRAS	868.609	765.449	Depósitos à Vista	473.305	417.155
Pagamentos e Recebimentos a Liquidar	6	23	Depósitos Interfinanceiros	151	106
Tesouro Nacional-Recursos Crédito Rural	35	1.023	Depósitos a Prazo	102.481	68.727
Correspondentes no país	1.136	488	RELAÇÕES INTERFINANCEIRAS	499.970	521.916
Centralização Financeira - Cooperativas (NOTA 04)	867.432	763.915	Recebimentos e Pagamentos a Liquidar	2	36
OPERAÇÕES DE CRÉDITO (NOTA 06)	1.235.272	1.074.118	Repasse Interfinanceiros (NOTA 12)	499.968	521.880
Operações de Crédito	1.307.031	1.129.434	RELAÇÕES INTERDEPENDÊNCIAS	4.725	3.307
(Provisão para Operações de Crédito de Liquidação Duvidosa)	(71.759)	(55.316)	Recursos em Trânsito de Terceiros	4.725	3.307
OUTROS CRÉDITOS	167.752	124.479	OBRIGAÇÕES POR EMPRÉSTIMO (NOTA 13)	9	21.421
Créditos por Avals e Fianças Honrados (NOTA 06)	1.826	871	Empréstimos País - Outras Instituições	9	21.421
Rendas a Receber	6.230	5.809	OUTRAS OBRIGAÇÕES	219.908	185.435
Diversos (NOTA 06 e 07)	162.837	119.938	Cobrança e Arrecadação de Tributos	853	760
(Provisão para Outros Créditos de Liquidação Duvidosa)	(3.141)	(2.139)	Sociais e Estatutárias	21.510	19.348
OUTROS VALORES E BENS (NOTA 08)	57.853	45.078	Fiscais e Previdenciárias	6.239	4.545
Outros Valores e Bens	58.050	45.387	Diversas (NOTA 14)	191.306	160.782
(Provisão para desvalorização)	(233)	(346)			
Despesas Antecipadas	36	37			
NÃO CIRCULANTE	1.290.807	914.229	NÃO CIRCULANTE	1.914.145	1.375.025
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO	1.290.807	914.229	EXIGÍVEL A LONGO PRAZO	1.914.145	1.375.025
APLICAÇÕES INTERFINANCEIRAS DE LIQUIDEZ (NOTA 05)	123.254	7.882	DEPÓSITOS (NOTA 11)	1.556.692	1.171.657
Aplicações em Depósitos Interfinanceiros	123.254	7.882	Depósitos Interfinanceiros	147.183	-
OPERAÇÕES DE CRÉDITO (NOTA 06)	950.142	747.082	Depósitos a Prazo	1.409.509	1.171.657
Operações de Crédito	995.486	779.579	RELAÇÕES INTERFINANCEIRAS (NOTA 12)	342.631	203.368
(Provisão para Operações de Crédito de Liquidação Duvidosa)	(45.344)	(32.497)	Repasse Interfinanceiros	342.631	203.368
OUTROS CRÉDITOS	7.328	9.337	OBRIGAÇÕES POR EMPRÉSTIMO (NOTA 13)	14.822	-
Créditos por Avals e Fianças Honrados (NOTA 06)	20	-	Empréstimos País - Outras Instituições	14.822	-
Diversos (NOTA 06 e 07)	7.439	9.447			
(Provisão para Outros Créditos de Liquidação Duvidosa)	(131)	(110)			
INVESTIMENTOS (NOTA 09)	61.062	50.195	PATRIMÔNIO LÍQUIDO	467.633	377.525
Outros Investimentos	61.062	50.195	CAPITAL SOCIAL (NOTA 16)	249.418	194.531
IMOBILIZADO DE USO (NOTA 10)	132.614	81.812	De Domiciliados no País	254.646	200.534
Imóveis de Uso	36.919	29.263	(Capital a Realizar)	(5.228)	(6.003)
Outras Imobilizações de Uso	144.668	91.077	RESERVAS DE SOBRAS	214.560	178.577
(Depreciação acumulada)	(48.973)	(38.528)	SOBRAS OU PERDAS ACUMULADAS	3.655	4.417
INTANGÍVEL (NOTA 10)	16.407	17.921			
Outros Ativos Intangíveis	35.246	32.666			
(Amortização acumulada)	(18.839)	(14.745)			
		50.802			
		(10.867)			
TOTAL DO ATIVO	3.682.327	2.970.617	TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	3.682.327	2.970.617

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras

DEMONSTRAÇÕES DE SOBRAS OU PERDAS
(Em milhares de Reais)

Cooperativa de Crédito, Poupança e Investimento União Paraná/São Paulo - Sicredi União PR/SP
CNPJ/MF nº 79.342.069/0001-53

Descrição das contas	01/07/2019 a 31/12/2019 (Não auditado)			01/01/2019 a 31/12/2019			01/01/2018 a 31/12/2018		
	Ato Cooperativo	Ato Não Cooperativo	Total	Ato Cooperativo	Ato Não Cooperativo	Total	Ato Cooperativo	Ato Não Cooperativo	Total
INGRESSOS E RECEITAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA	221.255	-	221.255	423.013	11	423.024	346.207	-	346.207
Operações de Crédito	220.482	-	220.482	421.909	11	421.920	345.656	-	345.656
Resultado Títulos e Valores Mobiliários	636	-	636	882	-	882	354	-	354
Resultado das Aplicações Compulsórias	137	-	137	222	-	222	197	-	197
DISPÊNDIOS E DESPESAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA	(108.198)	(378)	(108.576)	(211.689)	(641)	(212.330)	(165.740)	(300)	(166.040)
Operações de Captação no Mercado	(43.007)	(377)	(43.384)	(82.873)	(640)	(83.513)	(70.516)	(300)	(70.816)
Operações de Empréstimos e Repasses	(22.433)	(1)	(22.434)	(44.515)	(1)	(44.516)	(42.959)	-	(42.959)
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	(42.758)	-	(42.758)	(84.301)	-	(84.301)	(52.265)	-	(52.265)
RESULTADO BRUTO DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA	113.057	(378)	112.679	211.324	(630)	210.694	180.467	(300)	180.167
OUTROS INGRESSOS E RECEITAS/DISPÊNDIOS E DESPESAS OPERACIONAIS	(88.578)	13.348	(75.230)	(163.216)	25.397	(137.819)	(126.224)	21.571	(104.653)
Ingressos e Receitas de Prestação de Serviços	17.861	36.577	54.438	34.895	69.430	104.325	30.037	58.446	88.483
Rendas de Tarifas Bancárias	19.083	-	19.083	34.760	-	34.760	28.192	-	28.192
Dispêndios e Despesas de Pessoal	(58.634)	(7.642)	(66.276)	(108.780)	(14.490)	(123.270)	(89.579)	(11.785)	(101.364)
Outros Dispêndios e Despesas Administrativas (Nota 19)	(63.892)	(10.501)	(74.393)	(123.556)	(19.552)	(143.108)	(106.909)	(17.769)	(124.678)
Dispêndios e Despesas Tributárias	(274)	(3.247)	(3.521)	(586)	(4.911)	(5.497)	(470)	(3.868)	(4.338)
Outros Ingressos e Receitas Operacionais (Nota 20)	35.436	1.646	37.082	70.279	1.275	71.554	72.373	1.982	74.355
Outros Dispêndios e Despesas Operacionais (Nota 21)	(38.158)	(3.485)	(41.643)	(70.228)	(6.355)	(76.583)	(59.868)	(5.435)	(65.303)
RESULTADO OPERACIONAL	24.479	12.970	37.449	48.108	24.767	72.875	54.243	21.271	75.514
RESULTADO NÃO OPERACIONAL	(674)	129	(545)	(1.102)	72	(1.030)	(1.578)	1.267	(311)
RESULTADO ANTES DA TRIBUTAÇÃO SOBRE O LUCRO	23.805	13.099	36.904	47.006	24.839	71.845	52.665	22.538	75.203
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	-	220	220	-	(4.663)	(4.663)	-	(1.955)	(1.955)
Provisão para Imposto de Renda	-	175	175	-	(2.889)	(2.889)	-	(1.089)	(1.089)
Provisão para Contribuição Social	-	45	45	-	(1.774)	(1.774)	-	(866)	(866)
PARTICIPAÇÕES NAS SOBRAS	(7.916)	-	(7.916)	(13.118)	-	(13.118)	(12.966)	-	(12.966)
RESULTADO ANTES DAS PARTICIPAÇÕES SOCIETÁRIAS	15.889	13.319	29.208	33.888	20.176	54.064	39.699	20.583	60.282
RESULTADO DE PARTICIPAÇÕES SOCIETÁRIAS	-	-	-	20.176	(20.176)	-	20.583	(20.583)	-
RESULTADO DO EXERCÍCIO ANTES DAS DESTINAÇÕES	15.889	13.319	29.208	54.064	-	54.064	60.282	-	60.282
DESTINAÇÕES	-	-	-	(50.409)	-	(50.409)	(55.865)	-	(55.865)
Juros sobre o Capital Próprio	-	-	-	(13.208)	-	(13.208)	(11.499)	-	(11.499)
Fates - Estatutário	-	-	-	(1.218)	-	(1.218)	(1.472)	-	(1.472)
Reserva Legal - Estatutária	-	-	-	(19.493)	-	(19.493)	(23.557)	-	(23.557)
Reserva de Expansão - Recuperação de Prejuízo	-	-	-	(16.490)	-	(16.490)	(19.337)	-	(19.337)
SOBRAS A DISPOSIÇÃO DA AGO	-	-	-	3.655	-	3.655	4.417	-	4.417

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
(Em milhares de Reais)

Cooperativa de Crédito, Poupança e Investimento União Paraná/São Paulo - Sicredi União PR/SP
CNPJ/MF nº 79.342.069/0001-53

	Capital Social	Reserva Legal	Reserva de Expansão	Sobras ou Perdas Acumuladas	Total
Saldos no início do período em 01/01/2018	177.497	123.647	12.036	4.358	317.538
Destinação resultado exercício anterior					
Distribuição de sobras para associados	4.342	-	-	(4.342)	-
Outras destinações	-	-	-	(16)	(16)
Capital de associados					
Aumento de capital	14.573	-	-	-	14.573
Baixas de capital	(13.164)	-	-	-	(13.164)
Reversões de reservas	-	-	-	-	-
Resultado do período	-	-	-	60.282	60.282
Destinações					
Destinação FATES - Estatutário	-	-	-	(1.472)	(1.472)
Reserva Legal - Estatutária	-	20.612	-	(20.612)	-
Reserva de Expansão	-	-	2.945	(2.945)	-
Juros sobre o Capital Próprio	11.283	-	-	(11.499)	(216)
Reserva Legal - Recuperação de Prejuízo	-	-	19.337	(19.337)	-
Saldos no fim do período em 31/12/2018	194.531	144.259	34.318	4.417	377.525
Mutações do Período	17.034	20.612	22.282	59	59.987
Saldos no início do período em 01/01/2019	194.531	144.259	34.318	4.417	377.525
Destinação resultado exercício anterior					
Distribuição de sobras para associados	4.406	-	-	(4.406)	-
Outras destinações	-	-	-	(11)	(11)
Capital de associados					
Aumento de capital	48.650	-	-	-	48.650
Baixas de capital	(11.098)	-	-	-	(11.098)
Resultado do período	-	-	-	54.064	54.064
Destinações					
Destinação FATES - Estatutário	-	-	-	(1.218)	(1.218)
Reserva Legal - Estatutária	-	17.056	-	(17.056)	-
Reserva de Expansão	-	-	2.437	(2.437)	-
Juros sobre o Capital Próprio	12.929	-	-	(13.208)	(279)
Reserva de Expansão - Recuperação de Prejuízo	-	-	16.490	(16.490)	-
Saldos no fim do período em 31/12/2019	249.418	161.315	53.245	3.655	467.633
Mutações do Período	54.887	17.056	18.927	(762)	90.108
Saldos no início do período em 01/07/2019 (Não auditado)	222.928	144.259	34.318	24.856	426.361
Capital de associados					
Aumento de capital	19.088	-	-	-	19.088
Baixas de capital	(5.527)	-	-	-	(5.527)
Resultado do período	-	-	-	29.208	29.208
Destinações					
Destinação FATES - Estatutário	-	-	-	(1.218)	(1.218)
Reserva Legal - Estatutária	-	17.056	-	(17.056)	-
Reserva de Expansão	-	-	2.437	(2.437)	-
Juros sobre o Capital Próprio	12.929	-	-	(13.208)	(279)
Reserva de Expansão - Recuperação de Prejuízo	-	-	16.490	(16.490)	-
Saldos no fim do período em 31/12/2019	249.418	161.315	53.245	3.655	467.633
Mutações do Período	26.490	17.056	18.927	(21.201)	41.272

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA
(Em milhares de Reais)

Cooperativa de Crédito, Poupança e Investimento União Paraná/São Paulo - Sicredi União PR/SP
CNPJ/MF nº 79.342.069/0001-53

	01/07/2019 a 31/12/2019 (Não auditado)	01/01/2019 a 31/12/2019	01/01/2018 a 31/12/2018
RESULTADO DO SEMESTRE/EXERCÍCIO	51.403	99.584	79.641
Resultado do semestre/exercício	29.208	54.064	60.282
AJUSTES AO RESULTADO DO SEMESTRE/EXERCÍCIO	22.195	45.520	19.359
Provisão para operações de crédito	13.854	29.289	9.475
(Reversão) para desvalorização de outros valores e bens	(10)	(113)	(148)
Provisão para desvalorização de outros créditos	531	1.024	745
Depreciação do imobilizado de uso	6.293	10.960	7.750
Amortização do intangível	2.144	4.094	3.463
Baixas do ativo permanente	384	429	135
(Reversão) Provisão para passivos contingentes	357	857	(633)
Destinações ao FATES	(1.218)	(1.218)	(1.472)
Dividendos SicrediPar	(140)	198	44
VARIAÇÃO DE ATIVOS E PASSIVOS	54.016	57.080	(60.910)
(Aumento) em aplicações interfinanceiras de liquidez	(110.625)	(115.372)	(2.854)
Redução em relações interfinanceiras ativas	19.373	16	25
(Aumento) Redução em créditos vinculados	1.780	988	(657)
(Aumento) em relações com correspondentes	(102)	(648)	(64)
(Aumento) em operações de crédito	(259.800)	(393.504)	(489.675)
Aumento em relações interfinanceiras passivas	92.092	117.316	157.557
(Aumento) em outros créditos	(26.381)	(42.485)	(29.344)
(Aumento) em outros valores e bens	(9.412)	(12.661)	(3.090)
Aumento em depósitos	273.197	474.984	268.344
Aumento em relações interdependências passivas	1.312	1.418	388
Aumento (Redução) em obrigações por empréstimos e repasses	14.832	(6.589)	3.827
Absorção de dispêndios pelo FATES	-	(1.472)	(1.453)
Aumento em outras obrigações	57.750	35.089	36.086
ATIVIDADES OPERACIONAIS - Caixa Líquido Proveniente/(Aplicado)	105.419	156.664	18.731
Aquisição de Investimentos	(10.867)	(10.867)	(3.976)
Aquisição de Imobilizado de Uso	(38.043)	(62.192)	(23.841)
Aplicações no Intangível	(848)	(2.580)	(8.235)
ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS - Caixa Líquido Proveniente/(Aplicado)	(49.758)	(75.639)	(36.052)
Integralização de capital	19.088	48.650	14.573
Baixa de capital	(5.527)	(11.098)	(13.164)
Juros ao capital próprio	(279)	(279)	(216)
Distribuição de Sobras	-	(11)	(16)
ATIVIDADES DE FINANCIAMENTOS - Caixa Líquido Proveniente/(Aplicado)	13.282	37.262	1.177
AUMENTO/DIMINUIÇÃO LÍQUIDA DE CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA	68.943	118.287	(16.144)
Caixa e equivalente de caixa no início do período	860.523	811.179	827.323
Caixa e equivalente de caixa no fim do período (NOTA 04)	929.466	929.466	811.179

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 E 2018
(EM MILHARES DE REAIS)

NOTA 01 – CONTEXTO OPERACIONAL

A Cooperativa de Crédito, Poupança e Investimento União Paraná/São Paulo - Sicredi União PR/SP ("Cooperativa"), é uma instituição financeira cooperativa, filiada à Cooperativa Central de Crédito, Poupança e Investimento dos Estados do Paraná, São Paulo e Rio de Janeiro - Central Sicredi PR/SP/RJ e integrante do Sistema Cooperativo Sicredi ("Sicredi"). Instituição financeira não bancária, autorizada a funcionar pelo Banco Central do Brasil, que iniciou as atividades em 25/09/1985 e tem por objetivos principais:

- i) Desenvolver programas de poupança, de uso adequado do crédito e de prestação de serviços, praticando todas as operações ativas, passivas e acessórias próprias de cooperativas de crédito;
- ii) Prestar, através da mutualidade, a assistência financeira aos associados em suas atividades específicas;
- iii) Atuar na formação educacional de seus associados, no sentido de fomentar o cooperativismo.

A execução das atividades obedece ao disposto na legislação pertinente, assim como aos atos regulamentares oficiais, ao estatuto social, e às normas internas do Sicredi.

O Sicredi, em 31 de dezembro de 2019, está organizado por 110 Cooperativas de Crédito filiadas, que operam com uma rede de atendimento com mais de 1.861 pontos. A estrutura conta ainda com cinco Centrais Regionais – acionistas da Sicredi Participações S.A. ("SicrediPar") – a Confederação das Cooperativas do Sicredi ("Confederação Sicredi"), uma Fundação juntamente com o Banco Cooperativo Sicredi S.A. ("Banco").

A Cooperativa é parte integrante do Fundo Garantidor do Cooperativismo de Crédito (FGCoop), associação civil sem fins lucrativos, com personalidade jurídica de direito privado de abrangência nacional, conforme anexo I à resolução CMN nº 4.284, de 5 de novembro de 2013.

O FGCoop tem por objeto prestar garantia de créditos nos casos de decretação de intervenção ou de liquidação extrajudicial de instituição associada, até o limite de R\$ 250 por associado (CPF/CNPJ), bem como contratar operações de assistência, de suporte financeiro e de liquidez com essas instituições.

A Cooperativa também é parte integrante da Sicredi Fundos Garantidores, empresa sem fins lucrativos cuja formação de reservas advém de contribuições mensais e extraordinárias de cooperativas associadas ao fundo o qual tem por objeto assegurar a credibilidade e a solvabilidade das suas associadas. Conforme regras estabelecidas nos Regulamentos dos Fundos Garantidores, as contribuições mensais são apuradas pelo somatório de duas parcelas: parcela fixa, relacionada ao objetivo de cada Fundo; e parcela variável, relativa ao risco imputado ao Sistema (considera níveis de liquidez, de margem de capital e de utilização de dispositivos de segurança).

NOTA 02 – APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, observando as diretrizes contábeis emanadas pela Lei nº 6.404/76, alterações introduzidas pelas Leis nº 11.638/07 e nº 11.941/09 e em consonância com as diretrizes estabelecidas pelo Bacen e CMN, consubstanciadas no Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional - COSIF e os novos pronunciamentos, orientações e as interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC, aprovados pelo Bacen (CPC 01, 03, 04, 05, 10, 23, 24, 25 e 27), especificamente aquelas aplicáveis a entidades cooperativas e a Lei do Cooperativismo nº 5.764 de 16 de dezembro de 1971 e Lei Complementar 130 de 17 de abril de 2009.

A autorização para a conclusão destas demonstrações financeiras foi concedida pela Diretoria em 31 de Janeiro de 2020.

NOTA 03 – RESUMO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS

As principais práticas contábeis adotadas para a elaboração das demonstrações financeiras foram:

a) Apuração do resultado

Os ingressos e os dispêndios, assim como as receitas e as despesas, são registrados mensalmente de acordo com o regime de competência, que estabelece que os ingressos e os dispêndios e as receitas e despesas devem ser incluídas na apuração dos resultados dos períodos em que ocorrerem, sempre simultaneamente quando se correlacionarem, independentemente de recebimento ou pagamento, alocados de forma proporcional de acordo com os montantes do ingresso bruto de ato cooperativo e da receita bruta de ato não-cooperativo, quando não identificados com cada atividade.

De acordo com a Lei nº 5.764/71, o resultado é segregado e apresentado em atos cooperativos, aqueles praticados entre as cooperativas e seus associados ou pelas cooperativas entre si, para a consecução de seus objetivos estatutários, e atos não cooperativos, aqueles que importam em operações com terceiros não associados.

b) Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa são representados por disponibilidades em moeda nacional e relações interfinanceiras – centralização financeira, cujo vencimento das operações na data da efetiva aplicação seja igual ou inferior a 90 dias e apresentam risco insignificante de mudança de valor justo.

c) Aplicações interfinanceiras de liquidez

Representam operações a preços fixos referentes às compras de títulos com compromisso de revenda e aplicações em depósitos interfinanceiros e estão demonstradas pelo valor de resgate, líquidas dos rendimentos a apropriar correspondentes a períodos futuros.

d) Relações interfinanceiras – Centralização financeira

Os recursos captados pela Cooperativa não investidos em suas atividades são centralizados através de repasses interfinanceiros para a Cooperativa Central, os quais são por ela utilizados para aplicações financeiras. Essas operações são caracterizadas como atos cooperativos, pela Lei nº 5.764/71 que define a política nacional do cooperativismo.

e) Operações de crédito

Estão demonstradas ao custo acrescido dos rendimentos auferidos. As operações de crédito estão classificadas de acordo com análise da Administração quanto ao nível de risco, considerando a conjuntura econômica e os riscos específicos em relação às operações, aos devedores e aos garantidores, observando os parâmetros estabelecidos nas Resoluções nº 2.682/99 e nº 2.697/00 do CMN.

A atualização ("accrual") das operações de crédito vencidas em até 60 dias é contabilizada em receitas de operações de crédito, e a partir do 61º dia, em rendas a apropriar. As operações classificadas como nível "H" permanecem nessa classificação por seis meses, quando então são baixadas contra a provisão existente e controladas, por no mínimo cinco anos, em contas de compensação, não mais figurando no balanço patrimonial.

f) Provisão para operações de crédito

A provisão para perdas com operações de crédito é fundamentada na análise das operações e leva em consideração a conjuntura econômica, a experiência passada, os riscos específicos e globais das carteiras, considerando os critérios de provisionamento, definidos nas Resoluções nº 2.682/99 e nº 2.697/00 do CMN, associados às avaliações procedidas pela Administração, na determinação dos riscos de crédito.

g) Demais ativos circulantes e realizáveis a longo prazo (não circulantes)

Demonstrados pelo custo de aquisição, incluindo, quando aplicável, os rendimentos auferidos e as variações monetárias pro-rata dia incorridos e as variações cambiais, deduzidos das correspondentes provisões para perdas ou ajuste ao valor de mercado e rendas a apropriar.

h) Investimentos

Estão demonstrados ao custo de aquisição, referem-se a participação em empresas do Sistema Sicredi, ajustados por provisão para perdas quando aplicável.

i) Imobilizado de uso

Corresponde aos direitos que tenham por objeto bens corpóreos destinados à manutenção das atividades ou exercidos com essa finalidade. Está demonstrado ao custo de aquisição. A depreciação do imobilizado de uso é computada pelo método linear, com base nas taxas anuais mencionadas na Nota "Imobilizado de Uso e Intangível", que levam em consideração a vida útil-econômica dos bens.

j) Intangível

Corresponde a direitos adquiridos que têm por objeto bens incorpóreos destinados à manutenção do Sistema ou exercidos com essa finalidade. Está demonstrado aos valores de custo e contempla gastos na aquisição e desenvolvimento de logísticos, ajustado por amortizações acumuladas, calculadas a partir do momento em que começam a serem usufruídos os benefícios respectivos, com base em taxas anuais que levam em consideração a vida útil-econômica dos bens, conforme mencionado na Nota "Imobilizado de Uso e Intangível".

k) Redução ao valor recuperável de ativos

Os ativos são revistos anualmente para se identificar evidências de perdas não recuperáveis, ou ainda, sempre que eventos ou alterações nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Quando este for o caso, o valor recuperável é calculado para verificar se há perda. Quando houver perda, ela é reconhecida pelo montante em que o valor contábil do ativo ultrapassa seu valor recuperável, que é o maior entre o preço líquido de venda e o valor em uso de um ativo.

l) Depósitos a prazo

Estão demonstrados pelo seu valor de resgate, líquidos das despesas financeiras a decorrer.

m) Demais passivos circulantes e exigíveis a longo prazo (não circulantes)

Demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, incluindo, quando aplicável, os encargos e as variações monetárias em base pro-rata dia incorridos, deduzidos das correspondentes despesas a apropriar.

n) Impostos e contribuições

As provisões para Imposto de Renda, Contribuição Social, Programa de Integração Social - PIS e Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS foram calculadas às alíquotas vigentes, considerando, para as respectivas bases de cálculo, a legislação pertinente a cada tributo.

As cooperativas estão sujeitas à tributação pelo Imposto de Renda e Contribuição Social quando auferirem resultados positivos em atos não cooperativos. Nesses casos, a provisão é constituída com base nas alíquotas vigentes, considerando as adições e exclusões e a compensação de prejuízos fiscais e de base negativa de CSLL, limitados a 30% do lucro tributável.

o) Provisão para riscos cíveis, tributários e trabalhistas

As práticas contábeis para registro, mensuração e divulgação de ativos e passivos contingentes e, também, das obrigações legais, são aplicadas de acordo com os critérios definidos pelo Pronunciamento Técnico CPC 25, emitido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), o qual foi aprovado pela Resolução nº 3.823/09, a saber:

- Ativos contingentes são reconhecidos somente quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, transitadas em julgado. Os ativos contingentes com êxito prováveis são apenas divulgados em nota explicativa;
- Passivos contingentes são provisionados quando as perdas forem avaliadas como prováveis e os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança. Os passivos contingentes avaliados como de perdas possíveis são divulgados, e aqueles não mensuráveis com suficiente segurança e como de perdas remotas não são provisionados e/ou divulgados;
- As obrigações legais são registradas como exigíveis, independentemente da avaliação sobre as probabilidades de êxito.

p) Estimativas contábeis

As estimativas contábeis são determinadas pela Administração, considerando fatores e premissas estabelecidos com base em julgamento, que são revisados a cada semestre. Itens significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem as provisões para ajuste dos ativos ao valor provável de realização ou recuperação, as provisões para perdas, as provisões para contingências, marcação a mercado de instrumentos financeiros, entre outros. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores divergentes em razão de imprecisões inerentes ao processo de sua determinação.

NOTA 04 – CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

Na elaboração dos Fluxos de Caixa, foram considerados como caixa e equivalentes de caixa os seguintes montantes:

	2019	2018
Disponibilidades	62.034	47.264
Relações Interfinanceiras - Centralização financeira em Cooperativa Central	867.432	763.915
Total	929.466	811.179

A Centralização financeira é composta pela transferência das sobras de caixa das Cooperativas filiadas, sem prazo de resgate, e remunerados de acordo com as taxas praticadas no mercado, que na média de 2019 equivale a 99% do CDI (2018 - 100%).

NOTA 05 – APLICAÇÕES INTERFINANCEIRAS DE LIQUIDEZ

	2019	2018
Aplicações em Depósitos Interfinanceiros	123.254	7.882
DI entre Banco e Cooperativas (i)	123.254	-
CDI Banco Cooperativo Sicredi S.A.	-	7.882
Total não circulante	123.254	7.882

(i) Refere-se basicamente a aplicações que as Cooperativas realizam no Banco para cobrir a necessidade de garantias às captações para a linha MCR (Reciprocidades) e antecipações de recebíveis realizadas pelos associados na aquisição, com taxa de remuneração de 100% e 105% do CDI, respectivamente.

NOTA 06 – OPERAÇÕES DE CRÉDITO

A carteira de créditos está assim composta e classificada:

a) Composição da carteira de créditos por tipo de operação

Operações de crédito	2019			2018
	Circulante	Não Circulante	Total	Total
Empréstimos e títulos descontados	671.183	653.389	1.324.572	1.115.166
Financiamentos	47.029	73.675	120.704	74.319
Financiamentos rurais e agroindustriais	588.819	268.422	857.241	719.528
Carteira total	1.307.031	995.486	2.302.517	1.909.013

Estão inclusos na base de cálculo da provisão para operações de crédito valores relativos a outros créditos, assim compostos:

Outros créditos	2019			2018
	Circulante	Não Circulante	Total	Total
Avais e Fianças Honradas	1.826	20	1.846	871
Devedores por compra de valores e bens	4.347	7.418	11.765	15.067
Títulos e créditos a receber (i)	131.425	21	131.446	98.110
Total	137.598	7.459	145.057	114.048

(i) A rubrica refere-se a valores a receber de transações de cartões de crédito.

b) Composição da carteira de créditos por níveis de risco

Níveis de Risco	%	Carteira		Provisão para Operações de Crédito e Outros Créditos	
		2019	2018	2019	2018
Nível AA	-	483	241	-	-
Nível A	0,50	1.219.313	1.034.336	6.097	5.172
Nível B	1,00	729.719	599.988	7.298	6.000
Nível C	3,00	277.997	227.866	8.340	6.821
Nível D	10,00	86.857	73.631	8.686	7.363
Nível E	30,00	40.660	18.281	12.198	5.484
Nível F	50,00	18.752	14.167	9.376	7.084
Nível G	70,00	18.042	8.044	12.629	5.631
Nível H	100,00	55.751	46.507	55.751	46.507
Total		2.447.574	2.023.061	120.375	90.062

c) Composição da carteira de créditos segregada por tipo de cliente, atividade econômica e faixas de vencimento

Setor	2019					2018
	Vencidas a partir de 15 dias	A vencer			Total da Carteira	Total da Carteira
		Até 90 dias	De 91 a 365 dias	Acima de 365 dias		
Pessoas Físicas	30.460	213.986	255.528	496.053	996.027	843.269
Rural	3.593	64.510	520.716	268.422	857.241	719.528
Industrial	814	12.566	15.951	22.557	51.888	60.889
Comércio	5.416	56.519	74.799	87.708	224.442	194.111
Outros Serviços	7.960	72.468	109.343	128.205	317.976	205.264
Total	48.243	420.049	976.337	1.002.945	2.447.574	2.023.061

d) Concentração das operações de crédito

	2019	%	2018	%
10 maiores devedores	131.051	5,35	113.929	5,63
50 devedores seguintes	165.265	6,75	154.053	7,61
100 devedores seguintes	153.525	6,27	149.216	7,38
Demais	1.997.733	81,62	1.605.863	79,38
Total	2.447.574	100	2.023.061	100

e) Movimentação da provisão para créditos de liquidação duvidosa e outros créditos

	2019	2018
Saldo inicial	90.062	79.842
Constituição de provisão	84.301	52.265
Movimentação de baixados para prejuízo	(53.988)	(42.045)
Saldo final	120.375	90.062

No exercício findo em 31 de dezembro de 2019 as recuperações de operações de crédito anteriormente baixadas como prejuízo, no montante de R\$ 21.888 (2018 - R\$ 25.105), foram registradas como "Ingressos e Receitas de Intermediação Financeira".

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2019, foram realizadas renegociações de operações de crédito no montante de R\$ 198.090 (2018 - R\$ 73.785).

NOTA 07 – OUTROS CRÉDITOS – DIVERSOS

Os créditos diversos, classificados no grupo de outros créditos do ativo, estão assim compostos:

	2019	2018
Adiantamentos e antecipações salariais	3.160	3.300
Adiantamentos para pagamentos de nossa conta (i)	13.965	2.144
Devedores por compra de valores e bens	4.347	5.633
Devedores por depósitos em garantia	5.200	2.880
Impostos e contribuições a compensar	104	155
Títulos e créditos a receber (ii)	131.425	98.097
Devedores por convênios	397	2.006
Operações com cartões	1.739	2.379
Pendências a regularizar	1.061	912
Outros	1.439	2.432
Total Circulante	162.837	119.938

Devedores por compra de valores e bens	7.418	9.434
Títulos e créditos a receber	21	13
Total não circulante	7.439	9.447

(i) Refere-se à antecipação de valores para a Confederação Sicredi, a qual está elaborando investimentos em estruturas e plataformas de tecnologia, através de aquisição de bens (móveis, equipamentos, softwares, instalações, etc.) e de gastos com projetos específicos (aplicativos, produtos, etc.). Após sua conclusão os mesmos serão repassados para as Cooperativas.

(ii) A rubrica refere-se a valores a receber de transações de cartões de crédito.

NOTA 08 – OUTROS VALORES E BENS

	2019	2018
Bens não de uso próprio	57.776	45.095
Imóveis	57.236	43.409
Veículos e afins	360	711
Máquinas e equipamentos	180	173
Bens em regime especial	-	802
Material em estoque	274	292
Despesas antecipadas	36	37
Provisão (Redução do valor recuperável - Bens não de uso)	(233)	(346)
Total Circulante	57.853	45.078

Conforme determinações previstas no CPC 01, foi constituída provisão no montante de R\$ 233 (2018 - R\$ 346) de forma a assegurar que os ativos não estejam registrados por um valor superior àquele passível de ser recuperado por uso ou por venda.

NOTA 09 – INVESTIMENTOS

Registrados ao custo de aquisição	2019	2018
Cooperativa Central Sicredi PR/SP/RJ	38.957	29.197
Sicredi Participações S.A.	22.103	20.996
Outras Participações e Investimentos	2	2
Sicredi Fundos Garantidores	2	2
Total	61.062	50.195

(i) Apresentamos abaixo as informações dos investimentos referentes ao número de ações/quotas, percentuais de participações e movimentações patrimoniais:

	Sicredi Participações S.A.		Sicredi Fundos Garantidores		Cooperativa Central	
	2019	2018	2019	2018	2019	2018
Número de ações/quotas possuídas	7.529.397 ON 15.681.689 PN	6.807.741 ON	2 Quotas	2 Quotas	38.956.926 Quotas	29.197.285 Quotas
Percentual de participação	2,20%	2,38%	1,24%	1,24%	12,29%	12,84%
Capital social	969.491	880.597	164	164	317.064	227.306
Patrimônio líquido	989.638	906.341	312.950	252.691	318.570	228.806
Lucro líquido do exercício	6.514	14.956	60.259	12.122	-	-
Valor do investimento	22.103	20.996	2	2	38.957	29.197

NOTA 10 – IMOBILIZADO DE USO E INTANGÍVEL

	Taxas anuais de depreciação %	2019			2018
		Custo corrigido	Depreciação/ Amortização acumulada	Líquido	Líquido
Imobilizado de Uso	-	181.587	(48.973)	132.614	81.812
Imobilizações em curso	-	12.219	-	12.219	9.672
Terrenos	-	28.455	-	28.455	28.103
Edificações	4%	8.464	(1.265)	7.199	991
Instalações	10%	58.842	(18.262)	40.580	21.046
Móveis e equipamentos de uso	10%	35.743	(10.075)	25.668	12.312
Sistema de comunicação	10%	813	(479)	334	314
Sistema de processamento de dados	20%	26.238	(14.305)	11.933	5.637
Sistema de segurança	10%	8.146	(2.570)	5.576	2.851
Sistema de transporte	20%	2.667	(2.017)	650	886
Intangível (i)		35.246	(18.839)	16.407	17.921
Investimentos Confederação		35.246	(18.839)	16.407	17.921
Total		216.833	(67.812)	149.021	99.733

(i) Valores reclassificados de "Adiantamentos para pagamentos de nossa conta" para "Outros Ativos Intangíveis", no sub grupo Intangível, referente aos investimentos em tecnologia para desenvolvimento de softwares que já estão em uso pela Cooperativa, bem como investimentos para aquisições de imobilizado na Confederação, sendo amortizado com base nos benefícios econômicos futuros incorporados aos ativos quando consumidos pela entidade, por meio do seu uso.

NOTA 11 – DEPÓSITOS

Apresentamos, a seguir, os depósitos por faixa de vencimento:

Depósitos	2019				2018
	Sem vencimento e até 3 meses	De 3 a 12 meses	Acima de 12 meses	Total	Total
Depósitos à vista	473.305	-	-	473.305	417.155
Depósitos Interfinanceiros (i)	151	-	147.183	147.334	106
Depósitos a prazo	32.498	69.983	1.409.509	1.511.990	1.240.384
Total	505.954	69.983	1.556.692	2.132.629	1.657.645

(i) Refere-se a operações entre a Cooperativas e Banco, Central e demais Cooperativas.

NOTA 12 – OBRIGAÇÕES POR REPASSES INTERFINANCEIROS

As obrigações por repasses interfinanceiros são apresentadas a seguir:

	2019	2018
Recursos do Crédito Rural	499.968	521.880
Banco Cooperativo Sicredi S.A.	499.968	521.880
Total circulante	499.968	521.880
Recursos do Crédito Rural	342.631	203.368
Banco Cooperativo Sicredi S.A.	342.631	203.368
Total não circulante	342.631	203.368

As obrigações por repasses interfinanceiros operam com uma taxa até 9,5% a.a. com vencimentos até 15/01/2026, e os recursos são repassados pelo Banco Cooperativo Sicredi S.A.

NOTA 13 – OBRIGAÇÕES POR EMPRÉSTIMOS

Os empréstimos são apresentados a seguir:

	2019	2018
Empréstimos no País - outras instituições	9	21.421
Cooperativa Central Sicredi PR/SP/RJ	-	21.421
Outras instituições	9	-
Total circulante	9	21.421
Empréstimos no País - outras instituições	14.822	-
Outras instituições	14.822	-
Total não circulante	14.822	-

NOTA 14 – OUTRAS OBRIGAÇÕES - DIVERSAS

As obrigações diversas, classificadas no passivo no grupo de outras obrigações estão assim compostas:

	2019	2018
Cheques administrativos	26.443	25.038
Obrigações por convênios oficiais	30	25
Provisão para pagamentos a efetuar	12.767	11.446
Provisão para riscos cíveis, tributários e trabalhistas (Nota 15)	4.074	3.217
Outras Contingências	6	-
Provisão para garantias financeiras prestadas (i)	4.749	4.825
Pendências a regularizar	279	115
Operações com cartões	126.811	99.065
Demais fornecedores	5.206	6.654
Credores diversos	10.941	10.397
Total circulante	191.306	160.782

(i) Refere-se a coobrigações assumidas pelas Cooperativas na realização de operações de seus cooperados junto ao Banco.

NOTA 15 – PROVISÃO PARA RISCOS CÍVEIS, TRIBUTÁRIOS E TRABALHISTAS

A Cooperativa possui provisão para riscos cíveis, tributários e trabalhistas em andamento, sendo que os valores estimados e suas respectivas movimentações e provisões estão demonstrados no quadro a seguir, conforme a natureza dos passivos.

Natureza	Saldo Inicial do Período 01/01/2019	Aumento Provisão	Baixa/Reversão de Provisão	Saldo Final do Período 31/12/2019
Trabalhista	2.477	2.965	(2.385)	3.057
Cível	740	1.320	(1.043)	1.017
Total	3.217	4.285	(3.428)	4.074

Natureza	Probabilidade de perda	2019	2018
Trabalhista	Provável	3.057	2.477
Cível	Provável	1.017	740
Total		4.074	3.217

Em 31 de dezembro de 2019, a Cooperativa possuía também processos de natureza Trabalhista, Cível e Tributária, cuja probabilidade de perda é possível no montante estimado de R\$ 10.895; R\$ 2.192; R\$ 877 (2018 - R\$ 15.273; R\$ 2.734 e R\$ 354), respectivamente.

NOTA 16 – PATRIMÔNIO LÍQUIDO**a) Capital Social**

O capital social é dividido em quotas-partes de valor unitário equivalente a R\$ 1,00 (um real), sendo que cada associado tem direito a um voto, independente do número de suas quotas-partes, e está assim composto:

	2019	2018
Capital Social	249.418	194.531
Total de associados	251.998	209.395

Em 31 de dezembro de 2019, a cooperativa aumentou seu capital social no montante de R\$ 54.887 (2018 – R\$ 17.034), sendo R\$ 17.335 (2018 – R\$ 15.625) via integralização de resultados e R\$ 48.650 (2018 – R\$ 14.573), via integralização de quotas-partes. No mesmo período houve baixas de capital, através do resgate de quotas-partes, no montante de R\$ 11.098 (2018 – R\$ 13.164).

b) Juros ao Capital

A Cooperativa efetuou o pagamento dos juros ao capital no percentual de 6,09% em Conta Capital, no montante de R\$ 13.208, calculados em conformidade com a Lei Complementar 130/2009, observando-se o limite da taxa SELIC

c) Destinações

A Cooperativa destinou seus resultados conforme o estatuto social, dos valores destinados 70% para a Reserva Legal, 5% para o FATES e 10% para a Reserva de Expansão.

Além das destinações citadas acima, a Cooperativa também destinou os valores recuperados referentes a prejuízo de anos anteriores para a Reserva de Expansão de acordo com a definição do Conselho de Administração.

NOTA 17 – IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

As cooperativas estão sujeitas à tributação pelo Imposto de Renda e Contribuição Social quando auferirem resultados positivos em atos não cooperativos, conforme demonstrado abaixo:

	2019	2018
Resultado após a participação nos lucros e antes da tributação sobre o lucro e dos juros sobre capital próprio	58.727	62.237
IRPJ e CSLL pelas alíquotas fiscais	(23.491)	(26.140)
Exclusões / (Adições):		
Incentivos Fiscais	164	122
Provisão resgate de milhas cartão	156	(326)
Brindes e Doações	(291)	(256)
Provisão PPR e Outras Gratificações	(119)	309
Receita com atos cooperativos	13.555	16.674
Juros sobre capital próprio	5.283	4.830
Prejuízo fiscal	-	585
Lucros e dividendos	56	142
Outros	24	24
IRPJ e CSLL Anos anteriores	-	2.081
Subtotal	18.828	24.185
IRPJ e CSLL registrados no resultado	(4.663)	(1.955)

NOTA 18 – TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

a) Instituições relacionadas

A entidade efetua transações com instituições relacionadas, abaixo apresentamos as principais operações realizadas:

	2019	2018
Ativo		
Aplicações interfinanceiras de liquidez (Nota 05)	123.254	7.882
Relações interfinanceiras – Centralização financeira (Nota 04)	867.432	763.915
Outros Créditos - Rendas a receber	4.813	4.390
Outros Créditos - Diversos (Nota 07)	3.844	2.954
Investimentos (Nota 09)	61.062	50.195
Intangível (Nota 10)	16.407	17.921
Passivo		
Depósitos Interfinanceiros (Nota 11)	42.518	106
Obrigações repasses interfinanceiros (Nota 12)	842.599	725.248
Obrigações por empréstimos (Nota 13)	14.831	21.421
Outras Obrigações - Diversas (Nota 14)	124.491	95.982
Receitas		
Resultado Títulos e Valores Mobiliários	882	354
Ingressos e receitas de Prestação de Serviços	26.628	21.933
Outros ingressos e receitas operacionais (Nota 19)	51.731	52.691
Despesas		
Operações de Captação no Mercado	1.268	37
Operações de Empréstimos e Repasses	44.516	42.959
Outros Dispendios e Despesas Administrativas (Nota 18)	11.680	9.218
Outros Dispendios e Despesas Operacionais (Nota 21)	37.314	32.057

b) Transações com administradores

As transações com partes relacionadas referem-se a saldos de depósitos (à vista e a prazo) e operações de crédito mantidas na instituição por seus administradores (diretores e conselheiros de administração), assim como a remuneração recebida pelas pessoas chave da administração. As operações de crédito e captações de recursos com partes relacionadas foram contratadas em condições semelhantes às praticadas com terceiros, vigentes nas datas das operações.

Abaixo apresentamos as operações realizadas com administradores:

Natureza da operação	2019	% em relação ao total	2018
Depósitos à vista	358	0,08%	442
Depósitos a prazo	3.063	0,20%	6.648
Operações de crédito	5.898	0,26%	8.657

c) Benefícios monetários destinados às partes relacionadas - pessoas chave da administração

Pessoas chave da administração são as que têm autoridade e responsabilidade pelo planejamento, direção e controle das atividades da entidade, direta ou indiretamente, incluindo qualquer administrador (executivo ou outro dessa entidade). Nestes dados estão inclusos todos os benefícios de curto prazo e pós-emprego concedidos pela entidade aos cargos de Presidente, Vice-Presidente, Diretores ou outros que venham a substituir os mesmos.

Benefícios	2019	2018
Pessoas chave da administração	8.378	8.335

NOTA 19 – OUTROS DISPÊNDIOS E DESPESAS ADMINISTRATIVAS

	2019	2018
Despesa de água, energia e gás	3.230	2.325
Despesa de aluguéis	12.819	10.098
Despesa de comunicação	5.632	5.656
Despesa de manutenção e conservação	7.232	6.644
Despesa de material	2.483	2.471
Despesa processamento dados	5.120	3.661
Despesa de promoções e relações públicas	18.775	14.971
Despesa de propaganda e publicidade	4.199	2.992
Despesa de seguro	1.286	1.023
Despesa de serviços do sistema financeiro	12.112	10.329
Despesa de serviços de terceiros	7.260	7.604
Despesa de serviços de vigilância e segurança	8.733	7.884
Despesa de serviços de técnicos especializados	12.571	12.425
Despesa de serviços de transportes	6.657	7.653
Despesa de viagem	5.193	4.910
Despesa de depreciação e amortização	10.960	7.750
Depreciação e amortização (Rateio Confederação)	4.094	3.463
Outras despesas administrativas	14.752	12.819
Total	143.108	124.678

NOTA 20 – OUTROS INGRESSOS E RECEITAS OPERACIONAIS

	2019	2018
Recuperação de encargos e despesas	5.927	5.991
Ingressos depósitos intercooperativos(i)	50.343	51.018
Reversão de provisões operacionais	12.970	13.652
Outras rendas operacionais	2.314	3.694
Total	71.554	74.355

(i) Refere-se à receita com administração financeira, que é resultante da aplicação dos recursos captados, junto à Cooperativa Central.

NOTA 21 – OUTROS DISPÊNDIOS E DESPESAS OPERACIONAIS

	2019	2018
Descontos concedidos em renegociação e crédito	10.003	8.391
Contribuições Cooperativistas	207	197
Contribuição Sicredi Fundos Garantidores	5.330	3.782
Contribuição Confederação Sicredi	27.897	24.761
Cooperativa Central Sicredi PR/SP/RJ	3.414	3.095
Encargos da administração financeira	256	338
Repasse administradora de Cartões	1.376	1.504
Despesas com cartões	9.713	7.242
Outras provisões operacionais	10.397	9.438
Outras despesas operacionais	7.990	6.555
Total	76.583	65.303

NOTA 22 – COBRIGAÇÕES EM GARANTIAS PRESTADAS

As garantias prestadas pela Cooperativa sob a forma de aval, fiança ou outras coobrigações estão assim compostas:

	2019	2018
Beneficiários de garantias prestadas (i)	210.312	201.039
Coobrigações em cessões de crédito	80	-
Total	210.392	201.039

(i) Nas garantias prestadas estão incluídas as operações com recursos recebidos de instituições financeiras e repassados aos associados via Banco Cooperativo Sicredi S.A., em que a Cooperativa é intermediária e garantidora solidária por força de contrato firmado entre as partes. Os valores são compostos, em sua maioria, pelos programas do Finame e BNDES.

NOTA 23 – GERENCIAMENTO DE RISCOS

O Sistema Sicredi considera o gerenciamento de riscos prioritário na condução de suas atividades e negócios, adotando práticas em absoluta consonância com os preceitos dos Acordos de Basileia. Dessa maneira, possui áreas especializadas para o gerenciamento destes riscos, centralizadas no Banco Cooperativo Sicredi S.A. Entre os principais riscos gerenciados pela instituição, destacam-se a Estrutura de Gerenciamento de Capital, o Risco Operacional, de Mercado, de Liquidez, e o de Crédito, cujas estruturas são apresentadas a seguir:

I - Estrutura de Gerenciamento de Capital

Para os efeitos da legislação vigente, define-se o Gerenciamento de Capital como o processo contínuo de:

- Monitoramento e controle do capital mantido pela Instituição;
- Avaliação da necessidade de capital para fazer face aos riscos a que a Instituição está sujeita;
- Planejamento de metas e de necessidade de capital, considerando os objetivos estratégicos da Instituição.

O gerenciamento de capital das instituições do Sistema Sicredi é centralizado no Banco Cooperativo Sicredi, através de uma estrutura compatível com a natureza das operações, a complexidade dos produtos e a dimensão da exposição ao risco do Sistema. A estrutura centralizada é responsável pelo estabelecimento dos processos, políticas e sistemas que apoiam as instituições do Sistema na gestão do capital.

Os processos e políticas para o gerenciamento de capital são estabelecidos seguindo os critérios mínimos estabelecidos pela regulamentação em vigor, alinhados às melhores práticas de mercado, e aprovadas pelas alçadas competentes de cada instituição do Sistema.

Os processos para o gerenciamento de capital do Sistema Sicredi incluem:

- Mecanismos que possibilitem a identificação, avaliação e monitoramento dos riscos relevantes incorridos pela instituição, inclusive dos riscos não cobertos pelos requerimentos mínimos legais de capital;
- Metas de capital em níveis acima dos requerimentos mínimos legais e que reflitam o apetite a risco do sistema, visando manter capital para suportar os riscos incorridos e garantir o crescimento dos negócios de forma sustentável e eficiente;
- Plano de Capital para cada Instituição do Sistema, consistente com o planejamento estratégico, abrangendo o horizonte mínimo de três anos;
- Testes de estresse e avaliação de seus impactos no capital;
- Relatórios gerenciais periódicos sobre a adequação do capital para a diretoria e para o conselho de administração;

II - Risco Operacional

O risco operacional é definido como a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes de falha, deficiência ou inadequação de processos internos, pessoas e sistemas, ou de eventos externos.

A gestão do risco operacional é realizada de forma conjunta entre o Banco, Centrais e Cooperativas Singulares. Essas entidades tem como responsabilidade o cumprimento dos normativos internos e externos, valendo-se de ferramentas, metodologias e processos estabelecidos sistemicamente. Tais processos são compostos por um conjunto de ações, que visa manter em níveis adequados os riscos a que cada instituição está exposta. São essas:

- Avaliação de riscos e controles;
- Documentação e armazenamento da base de perdas;
- Gestão de continuidade de negócios.

III - Risco de Mercado

Define-se risco de mercado como a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes da flutuação nos valores de mercado de posições detidas por uma instituição financeira. Incluem-se nessa definição, as operações sujeitas aos riscos de variação cambial, das taxas de juros, dos preços de ações e dos preços de mercadorias (commodities).

O gerenciamento de risco de mercado das instituições do Sistema Sicredi é centralizado no Banco Cooperativo Sicredi, através de uma estrutura compatível com a natureza das operações, a complexidade dos produtos e a dimensão da exposição ao risco do Sistema. A estrutura centralizada é responsável pelo estabelecimento dos processos, políticas e sistemas que apoiam as instituições do Sistema na gestão do risco de mercado.

Os processos e políticas para o gerenciamento do risco de mercado são estabelecidos seguindo os critérios mínimos estabelecidos pela regulamentação em vigor, alinhados às melhores práticas de mercado, e aprovadas pelas alçadas competentes de cada instituição do Sistema.

Os processos para o gerenciamento do risco de mercado do Sistema Sicredi incluem:

- Regras claras de classificação da carteira de negociação que garantam o correto tratamento das operações;
- Procedimentos destinados a mensurar, monitorar e manter a exposição ao risco de mercado em níveis considerados aceitáveis pela Instituição;
- Processos destinados a monitorar e reportar a aderência ao apetite ao risco de mercado da Instituição em relação ao seu capital;
- Definição das metodologias de risco de mercado a serem aplicadas;
- Sistemas para executar o cálculo e medir os riscos, considerando a complexidade dos produtos e a dimensão da exposição ao risco de mercado das instituições do Sistema.

IV - Risco de Liquidez

O entendimento de Risco de Liquidez é essencial para a sustentabilidade das instituições que atuam no mercado financeiro e de capitais e está associado à capacidade da instituição de financiar os compromissos adquiridos a preços de mercado razoáveis e realizar seus planos de negócio com fontes estáveis de financiamento. Para este efeito, define-se risco de liquidez como:

- A possibilidade da instituição não ser capaz de honrar eficientemente suas obrigações esperadas e inesperadas, correntes e futuras, inclusive as decorrentes de vinculação de garantias, sem afetar suas operações diárias e sem incorrer em perdas significativas e;
- A possibilidade da instituição não conseguir negociar a preço de mercado uma posição, devido ao seu tamanho elevado em relação ao volume normalmente transacionado ou em razão de alguma descontinuidade no mercado.

O gerenciamento de risco de liquidez das instituições do Sistema Sicredi é centralizado no Banco Cooperativo Sicredi, através de uma estrutura compatível com a natureza das operações, a complexidade dos produtos e a dimensão da exposição ao risco do Sistema. A estrutura centralizada é responsável pelo estabelecimento dos processos, políticas e sistemas que apoiam as entidades do Sistema na gestão do risco de liquidez.

Os processos e políticas para o gerenciamento do risco de liquidez são estabelecidos seguindo os critérios mínimos estabelecidos pela regulamentação em vigor, alinhados às melhores práticas de mercado, e aprovadas pelas alçadas competentes de cada Instituição do Sistema.

Os processos para o gerenciamento do risco de liquidez do Sistema Sicredi incluem:

- Definição de processos para identificar, avaliar, monitorar e controlar a exposição ao risco de liquidez em diferentes horizontes de tempo;
- O estabelecimento de processos de rastreio e reporte da observância ao apetite ao risco de liquidez fixado na RAS;
- Definição das estratégias de captação que proporcionem diversificação adequada das fontes de recursos e dos prazos de vencimento;
- Definição de plano de contingência de liquidez, regularmente atualizado, que estabeleça responsabilidades e procedimentos para enfrentar situações de estresse de liquidez;
- Realização periódica de testes de estresse com cenários de curto e de longo prazo.

V - Risco de Crédito

A gestão do risco de crédito consiste no processo de identificação, mensuração, controle e mitigação dos riscos decorrentes das operações de crédito realizadas pelas instituições financeiras.

No Sicredi, o gerenciamento do Risco de Crédito é realizado por uma estrutura centralizada e pelas áreas e colegiados locais.

O Banco Cooperativo Sicredi responde pelo conjunto de políticas, estratégias e metodologias voltadas ao controle e gerenciamento das exposições ao risco de crédito das empresas que compõem o Sistema, possuindo como principais atribuições: responder pelas políticas corporativas de gestão de risco de crédito; desenvolver e propor metodologias de classificação de risco de crédito, inclusive por meio de modelos quantitativos; aferir e controlar as exigibilidades de capital para cobertura de risco de crédito assumido; e realizar o monitoramento constante das exposições sujeitas ao risco de crédito de todas as empresas do Sicredi.

As áreas e colegiados locais são responsáveis pela execução do gerenciamento de risco de crédito, observando as políticas e limites pré-estabelecidos sistemicamente.

VI - Informações Adicionais

A descrição da estrutura completa e do processo de gerenciamento de riscos e capital pode ser acessada por meio do site www.sicredi.com.br, no caminho "Sobre nós \ Relatórios e Políticas \ Gestão de Riscos"

NOTA 24 – ÍNDICES DE BASILÉIA E DE IMOBILIZAÇÃO

As instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil devem manter, permanentemente, valor de Patrimônio de Referência (PR), apurado nos termos das Resoluções CMN nº 3.444/07 e nº 3.490/07 até setembro de 2013 e pela Resolução CMN nº 4.192/13 a partir de outubro de 2013, compatível com os riscos de suas atividades, sendo apresentado abaixo o cálculo dos limites:

Limites operacionais	2019	2018
Patrimônio de Referência (PR)	451.226	359.604
Nível I (NI)	451.226	359.604
Capital principal - CP	451.226	359.604
Capital social	249.418	194.531
Reservas de capital	214.560	178.577
Lucros acumulados	3.655	4.417
Ajustes Prudenciais	(16.407)	(17.921)
Ativos Ponderados pelo Risco (RWA)	2.763.278	2.401.341
Risco de Taxa de Juros da Carteira Bancária	12.709	19.123
Margem de Capital (i)	148.372	88.340
Índice de Basileia (PR / RWA)	16,33%	14,98%
Situação de Imobilização (Imob)	132.615	81.814
Índice de Imobilização (Imob / PR)	29,39%	22,75%

(i) Margem de Capital consiste no excedente de capital da instituição aos requerimentos mínimos regulamentares e ao adicional de capital principal.

NOTA 25 – SEGUROS CONTRATADOS

Em 31 de dezembro de 2019, os seguros contratados são considerados suficientes pela administração para cobrir eventuais sinistros relacionados a garantia de valores e bens de propriedade da Cooperativa.

As premissas de riscos adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de uma auditoria de demonstrações financeiras, consequentemente não são examinadas pelos nossos auditores independentes.

Rogério Machado
Diretor Executivo
CPF: 556.850.300-10

Walter Luiz Silva
Diretor de Operações
CPF: 556.349.749-68

Eduardo Netto Sarubbi
Contador
CRC: RS-060899/O-8
CPF: 694.157.650-20